

O discurso do preconceito disfarçado contra o público LGBTQ+ na esfera política: representações e *ethos*

Discourse of disguised prejudice against LGBTQ+ people in the political sphere:
representations and *ethos*

El discurso del prejuicio disfrazado contra personas LGBTQ+ en el ámbito político:
representaciones y *ethos*

Ernani Cesar de Freitas

Universidade de Passo Fundo (UPF/ Brasil)

nanicesar@terra.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-8920-9446>

Kaian Lago

Universidade de Passo Fundo (UPF/ Brasil)

kaianspricigol@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0292-6766>

Luis Henrique Boaventura

Universidade de Passo Fundo (UPF/ Brasil)

luishboaventura@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7760-0184>

RESUMO

Este artigo tem por objetivo identificar o processo de representação do *ethos* presente no discurso político de preconceito disfarçado dirigido ao público LGBTQ+. São utilizadas as contribuições de Goffman (2018) sobre representação e seus fenômenos; e de Maingueneau (2019) sobre as cenas enunciativas e o *ethos* discursivo, além de referenciais complementares. A pesquisa é exploratória, bibliográfica e documental,

* Sobre os autores ver página 25-26.



com análise qualitativa de um corpus constituído por um recorte do discurso do deputado Márcio Gualberto em debate na Assembleia Legislativa do RJ sobre a concessão do Prêmio Cidadania, Direito e Respeito à Diversidade para o grupo Arco-Íris, que defende os direitos LGBT+s no estado. Como resultado, apresentamos que a criação de um discurso de preconceito disfarçado apenas mascara um real posicionamento do enunciador sobre o tema, sendo construído com base em uma representação falsa de suas reais intenções e em um *ethos* que reafirma os estereótipos já instalados na memória coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso; *Ethos* discursivo; Discurso político; Preconceito; Representação.

ABSTRACT

This article aims to identify the representation of the ethos present in the political discourse of disguised prejudice directed at the LGBT+ public. The contributions of Goffman (2018) on representation and its phenomena are used; besides Maingueneau (2019) on the enunciative scenes and discursive ethos, as well as complementary references. The research is exploratory, bibliographical and documentary, with a qualitative analysis of a clipping of the speech of deputy Márcio Gualberto in discussion at the Legislative Assembly of RJ on the award of the Citizenship, Law and Respect to Diversity Award for the Arco-Íris group, which defends LGBT+ rights in the state. We present that the creation of a disguised discourse of prejudice only masks a real positioning of the enunciator on the subject, being constructed based on a false representation of his real intentions and on an ethos that reaffirms the stereotypes already installed in the collective memory.

KEYWORDS: Discourse analysis; Discursive ethos; Political discourse; Prejudice; Representation.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo identificar la representación del ethos presente en el discurso político del prejuicio disfrazado dirigido al público LGBT+. Se utilizan los aportes de Goffman (2018) sobre la representación y sus fenómenos; y Maingueneau (2019) sobre las escenas enunciativas y ethos discursivo, así como referentes complementarios. La investigación es exploratoria, bibliográfica y documental, con análisis cualitativo de un recorte del discurso del diputado Márcio Gualberto en debate en la Asamblea Legislativa de RJ sobre la concesión del Premio Ciudadanía, Derecho y Respeto a la Diversidad para la Grupo Arco-Íris, que defiende los derechos LGBT+ en el estado. Como resultado, presentamos que la creación de un discurso disfrazado de prejuicio solo enmascara un posicionamiento real del enunciador sobre el sujeto, siendo construido a partir de una falsa representación de sus intenciones reales y sobre un ethos que reafirma los estereotipos ya instalados en la memoria colectiva.

PALABRAS CLAVE: Análisis del discurso; *Ethos* discursivo; Discurso político; Prejuicio; Representación.

1 Introdução

No cotidiano social, deparamo-nos constantemente com discursos de posicionamento ideológico que validam ou invalidam posições assumidas pelos diferentes grupos sociais sobre determinados temas. Esses posicionamentos nem sempre são explícitos e diretos, afinal de contas, as relações sociopolíticas são muito complexas e nem sempre o espaço social mostra-se seguro para que o enunciador divulgue seu pensamento legítimo. Essa é a situação de temas como o preconceito LGBTQ+, cuja discussão vem tomando cada vez mais espaço na sociedade.

Nesse cenário, discursos de posicionamento ideológico “imparcial” ou disfarçado acabam por assumir o centro das relações sociodiscursivas. Quem nunca ouviu as afirmativas: “não tenho nada contra, mas...”; “tenho até amigos que são!” e “eu gosto de gays, povo divertido!”? Esses discursos nada mais são do que uma forma de fugir do preconceito explícito, sem que as intenções primárias do enunciador sejam seriamente comprometidas. Isto é, uma representação da imagem de si no discurso do enunciador, voltada a um público misto que lhe permita expressar o preconceito de maneira indireta e não convencional, de modo que os que concordam com ele sintam-se representados e os que não concordam, sintam-se, no mínimo, indiferentes.

Na esfera política, o enunciador possui uma necessidade ainda maior de “agradar” ao maior número de pessoas possível para angariar votos, respeito, representatividade e até admiração, visto que esses são valores essenciais para a manutenção do papel político e de sua ação social. Por sua vez, essa necessidade intensifica a “representação” do enunciador ao expressar seu posicionamento de preconceito disfarçado com relação ao público LGBTQ+, promovendo uma disseminação de ódio implícito ao grupo – cujo impacto perpassa a instância discursiva para entrar na alçada da gestão pública – ao mesmo tempo em que promove uma inacessibilidade ao próprio grupo LGBTQ+ de reconhecer e reagir a esse posicionamento: o discurso é opaco, resistente a críticas diretas.

Desse modo, intentando contribuir para o conhecimento sociodiscursivo dos indivíduos pertencentes ao coletivo LGBTQ+ por meio do estudo analítico de um discurso de um enunciador político configurado como de preconceito disfarçado, bem como promover um melhor entendimento dos processos que gerenciam o discurso político como meio de circulação dos posicionamentos ideológicos, este estudo tem estabelecido o seguinte problema de pesquisa: que processos regem a representação e o *ethos* por meio do discurso de preconceito disfarçado dirigido ao público LGBTQ+ quando proferido na esfera política? Em torno disso, o objetivo geral é identificar o processo de representação do *ethos* presente no discurso político de preconceito disfarçado dirigido ao público LGBTQ+.

Nosso estudo é embasado nas contribuições de Goffman (2018) sobre o conceito de representação, seu impacto e os fenômenos dele provenientes, e nos conceitos de Maingueneau (2019) de cenas enunciativas e *ethos* discursivo, além de referenciais complementares. O trabalho é exploratório, bibliográfico e documental, com análise qualitativa de um corpus constituído por um recorte do discurso do deputado Márcio Gualberto, em debate na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro sobre a concessão do Prêmio Cidadania, Direito e Respeito à Diversidade para o grupo Arco-Íris, que defende os direitos LGBT+s no estado.

O artigo está organizado da seguinte maneira: no segundo capítulo, intitulado “o representar no discurso: imagem, *ethos*, atuação e cenas”, realizamos uma contextualização da problemática “representar” e sua significância para a instância discursiva, esclarecendo conceitos-chave como a representação de Goffman (2018), o *ethos* discursivo de Maingueneau (2019) e a relação entre ambos. No terceiro capítulo, intitulado “fenômenos de representação e o discurso político”, aprofundamos a discussão a partir do conhecimento dos fenômenos de representação (desdobramentos do conceito goffmaniano) em associação com os ideais de Maingueneau (2019), quando aplicados ao contexto da esfera política. No quarto capítulo, intitulado “procedimentos metodológicos”, explicamos a metodologia regente do estudo, demonstrando a abordagem analítica adotada, posteriormente aplicada no quinto capítulo, “o discurso de preconceito disfarçado”, finalizando com as considerações finais. Seguimos, na sequência, para o primeiro capítulo teórico.

2 O representar no discurso: imagem, *ethos*, atuação e cenas

Antes mesmo de falarmos em discurso político, vamos discutir um pouco sobre o que seria um representar no discurso. Todo ato que exige uma fala ou um simples movimento em situação social, implica uma representação, que é baseada em um jogo de influências. Segundo Amossy (2019), os primeiros estudos acerca de um “representar no discurso” provêm da retórica aristotélica, que designou o termo *ethos* para toda e qualquer imagem de si realizada no/pelo discurso, visando o sucesso oratório. Embora os pilares desse conceito já tivessem sido levantados pela corrente de Aristóteles, “a produção de uma imagem de si nas interações começou a receber mais atenção a começar pelos trabalhos do sociólogo Erving Goffman, cujas pesquisas [...] exerceram profunda influência na análise das conversações” (AMOSSY, 2019, p. 12).

De acordo com Goffman¹ (2018), o indivíduo que toma a palavra terá de expressar a si mesmo de modo a convencer, ou, como afirma o autor, *impressionar* os demais, isso porque “independentemente do objetivo particular que o indivíduo tenha em mente e da razão desse objetivo, será do interesse dele regular a conduta dos outros [...]” (GOFFMAN, 2018, p. 15). É a esta expressão que o autor confere o termo *representação*.

Entretanto, foi a teoria polifônica da enunciação de Oswald Ducrot que, como defende Amossy (2019), integrou o termo às ciências da linguagem. Posteriormente, coube a Maingueneau (2019) desenvolver o conteúdo a partir de sua “semântica global” (embora “*ethos*” só venha aparecer nominalmente mais tarde na obra de Maingueneau, na década de 90). Na visão de Maingueneau (2019), o *ethos* é a ilustração do movimento enunciativo intencional, cuja impressão é dependente de quem o observa. O autor corrobora as noções admitidas por Goffman (2018) observando, entretanto, a representação pelo viés discursivo, quando diz que “é insuficiente ver a instância subjetiva que se manifesta por meio do discurso apenas como estatuto ou papel” (MAINGUENEAU, 2019, p. 70). Isso implica afirmar que inúmeros são os fatores que a constituem, incitam e validam.

A partir de seu estudo, Maingueneau (2019, p. 70) argumenta que: “o *ethos* se desdobra no registro do ‘mostrado’ e, eventualmente no do ‘dito’. Sua eficácia decorre do fato de que envolve de alguma forma a enunciação sem ser explicitado no enunciado”. Do ponto de vista de Goffman (2018), tal divisão pode ser entendida como a expressão que ele transmite e a expressão que ele emite, sendo que:

a primeira abrange os símbolos verbais, os seus substitutos, que ele usa proposadamente e tão só para veicular a informação que ele e os outros sabem estar ligada a estes símbolos. Essa é a comunicação no sentido tradicional e estrito. A segunda inclui uma ampla gama de ações, que os outros podem considerar sintomáticas do ator, deduzindo-se que a ação foi levada a efeito por outras razões diferentes da informação assim transmitida (GOFFMAN, 2018, p. 14).

Contudo, tanto o dito-transmitido quanto o mostrado-emite não contemplam atividades pré-concebidas ou pré-determinadas pelos observadores (coenunciadores). Maingueneau dialoga que “se o *ethos* está crucialmente ligado ao ato de enunciação, não se pode ignorar, entretanto, que o público constrói representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele

¹ Considerando o valor das contribuições de Goffman para a Análise do Discurso de linha francesa, sobretudo para as pesquisas de Maingueneau, julgamos produtivo utilizar arcabouço deste sociólogo no presente estudo.

fale” (MAINGUENEAU, 2019, p. 71). A este processo, o autor confere o termo *ethos* pré-discursivo.

Em suma, o *ethos* pré-discursivo é compreendido por um processo de interação entre outras formas de *ethos* como imagem de si no discurso: a contar do *ethos* mostrado (modo como se fala) e do *ethos* dito (modo como se fala de si mesmo enquanto enuncia), obtemos o *ethos* discursivo (elaborado no momento preciso da enunciação), que interage com o *ethos* pré-discursivo (imagem anterior à enunciação que o coenunciador retém do enunciador, baseada em interações/discursos prévios) a fim de formar o *ethos* efetivo (a efetiva imagem de *ethos* de si no discurso).

Processo semelhante ocorre na concepção de Goffman (2018). O autor defende que os observadores, quando diante de uma fonte de informação, irão aplicar ao ator estereótipos não comprovados. Enquanto, em primeiro plano, esses estereótipos são baseados em experiências anteriores dos observadores, em segundo plano, os estereótipos se apoiam em uma “fachada”, isto é, um “equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (GOFFMAN, 2018, p. 34).

Não se pode ignorar a importância dos índices extradiscursivos, isto é, das partes padronizadas da fachada para a identificação ou rotulação do ator por parte de seus observadores. Goffman (2018) cita, entre outros, dois elementos padronizados da fachada: o *cenário* e a *fachada pessoal*. O primeiro compreende “a mobília, a decoração, a disposição física e outros elementos do pano de fundo que vão constituir o cenário e os suportes do palco para o desenrolar da ação humana executada diante, dentro ou acima dele” (GOFFMAN, 2018, p. 34). O segundo compreende a “outros itens de equipamento expressivo, aqueles que de modo mais íntimo identificamos com o próprio ator, e que naturalmente esperamos que o sigam onde quer que vá” (GOFFMAN, 2018, p. 36).

A equivalência de Maingueneau (2019) para fachada estaria em outros de seus conceitos: a proposta de um fiador, munido de um caráter e uma corporalidade. O autor defende que toda forma de discurso possui uma “vocalidade específica, que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa, por meio de um tom que indica quem o disse” (MAINGUENEAU, 2019, p. 72). Entretanto, “o termo ‘tom’ apresenta a vantagem de valer tanto para o escrito quanto para o oral: pode-se falar do ‘tom’ de um livro” e “essa determinação da vocalidade implica uma determinação do corpo do enunciador” (MAINGUENEAU, 2019, p. 72). Desse modo, a leitura pressupõe uma origem enunciativa, um traço subjetivo que exerce o papel de fiador daquilo que o discurso pressupõe.

O “fiador” cuja figura o leitor deve construir com base em indícios textuais de diversas ordens, vê-se, assim, investido de um caráter e de

uma corporalidade, cujo grau de precisão varia conforme os textos. O “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela é associada a uma compleição corporal, mas também a uma forma de vestir-se e de mover-se no espaço social (MAINGUENEAU, 2019, p. 72).

Essa concepção relaciona-se com a questão de estereótipo debatida por Goffman: “caráter e corporalidade do fiador apoiam-se, então, sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apoia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar”. (MAINGUENEAU, 2019, p. 72). A partir de então, o coenunciador irá relacionar-se com esse universo de sentido, reforçando ou transformando sua ideologia primária e, por conseguinte, *incorporando* seus ideais: “falamos de incorporação para designar a maneira pela qual o coenunciador se relaciona ao *ethos* de um discurso”. (MAINGUENEAU, 2019, p. 72). Ainda segundo o autor, a incorporação não é uma simples identificação do enunciador com um fiador: ela implica um “*mundo ético* de que esse ‘fiador’ participa e ao qual dá acesso” (MAINGUENEAU, 2018, p. 272, grifo do autor).

Contudo, o cenário da fachada, por ser dependente de um domínio prévio do enunciador, não oferece suporte suficiente para a instauração de uma situação de enunciação concreta às suas intenções primárias. Maingueneau (2019, p. 75) frisa que o enunciador é dependente de um quadro interativo, “uma instituição discursiva inscrita em certa configuração cultural e que implica papéis, lugares e momentos de enunciação legítimos, um suporte material e um modo de circulação para o enunciado”. Ele (enunciador)² “é parte constitutiva da cena de enunciação, com o mesmo estatuto que o vocabulário ou os modos de difusão que o enunciado implica por seu modo de existência” (MAINGUENEAU, 2019, p. 75). Bem como o discurso pressupõe essa cena do discurso, ele também “deve validá-la por sua própria enunciação [...]” (MAINGUENEAU, 2019, p. 75).

A cena de enunciação é, para Maingueneau (2019), a situação de enunciação – facilmente interpretada como a fachada goffmaniana, mas que depende do próprio discurso para instituí-la e, por conseguinte, validá-la. Essa noção engloba três cenas distintas: cena englobante, cena genérica e cenografia. “A cena englobante corresponde ao tipo de discurso; ela confere ao discurso seu estatuto pragmático [...]. A cena genérica é a do contrato associado a um gênero, a uma ‘instituição discursiva’ [...]”. (MAINGUENEAU, 2019, p. 75). Quanto à cenografia, poderia ser entendida

² Adotamos, no presente artigo, o termo “enunciador” para designar o sujeito ator de Goffman e enunciador de Maingueneau, de modo a evitar possíveis redundâncias. Entretanto, as designações “ator” e “ator-enunciador” também se fazem possíveis.

como a cena situacional construída pela própria enunciação, que a instaura e a valida à medida que se desenvolve na representação³.

A cenografia é constituída pelo próprio texto, mas “não se desenvolve plenamente a não ser se puder controlar seu próprio desenvolvimento” (MAINGUENEAU, 2019, p. 77). Esse controle é dependente de “índices diversificados, cuja descoberta se apoia no conhecimento do gênero de discurso, na consideração dos níveis da língua, do ritmo etc., ou mesmo em conteúdos explícitos” (MAINGUENEAU, 2019, p. 77). Além disso, há, a partir da cenografia, outros elementos que são determinantes para o sucesso intencional do discurso, considerando a sua relação com o palco (intermédio do desempenho).

Em uma cenografia, como em qualquer situação de comunicação, a figura do coenunciador, o fiador, e a figura correlativa do coenunciador são associadas a uma cronografia (um momento) e uma topografia (um lugar) das quais supostamente o discurso surge (MAINGUENEAU, 2019, p. 77).

Considerando o processo intencional que intermedia a representação do enunciador, é intrínseco que seu discurso apresente “pistas” que o situem na circunstância que corresponde às expectativas de ambos durante o desempenho. Nesse sentido, cronografia e topografia operam como recursos de validação da representação do enunciador pois, mesmo que surjam a partir da instauração da cenografia (intradiscursivo), seus efeitos não servem apenas para reger a parte da representação que diz respeito a discursividade. Uma vez instaurado o dispositivo situacional cenográfico, originado da relação entre topografia e cronografia, até mesmo o cenário e a fachada pessoal sentem o seu efeito e seu domínio, no que diz respeito a contribuir para o processo de *impressionar* o coenunciador. Maingueneau (2019, p. 81) discute que “o repertório das cenas disponíveis varia de acordo com o grupo visado pelos discursos”. De forma semelhante, Goffman (2018, p. 39) defende que:

Além do fato de que práticas diferentes podem empregar a mesma fachada, deve-se observar que uma determinada fachada social tende a se tornar institucionalizada em termos de expectativas estereotipadas

³ É necessário esclarecer a distinção entre cenário e cenografia, uma vez que os termos possuem sentidos semelhantes. Enquanto o cenário da fachada goffmaniana compreende os suportes de palco necessários a execução do desempenho sendo, portanto, exterior a representação (mesmo que a componha), a cenografia de Maingueneau relaciona-se diretamente com o próprio ato do desempenho, compreendendo a representação como fator constitutivo interior ao discurso. Em outras palavras, a cenografia instaura o discurso e progressivamente o valida durante sua realização, enquanto o cenário compõe os recursos extradiscursivos exigidos pela intencionalidade do desempenho do ator-enunciador.

abstratas às quais dá lugar e tende a receber um sentido e uma estabilidade à parte das tarefas específicas que no momento são realizadas em seu nome. A fachada torna-se uma “representação coletiva” e um fato, por direito próprio.

No discurso político, são institucionalizadas as cenografias correspondentes ao público-alvo (o eleitor, ou o coenunciador direto do político em questão), por isso o enunciador pode falar com seus eleitores como um militar autoritário, um homem flexível, um defensor dos direitos feministas etc. Quanto ao cenário, o mesmo processo ocorre: o enunciador pode falar em sua casa, em seu escritório, na casa de seus eleitores, etc. Como há um cuidado implícito em controlar o desenvolvimento da enunciação-representação, a incorporação ao fiador levantado pelo enunciador é determinante (é a partir dela que haverá a construção de uma representação coletiva).

Ainda que se espere que o enunciador sempre representará o seu “melhor lado” – ainda mais em uma posição de representatividade, como no discurso político –, o simples fato de haver esta dependência da figura de um fiador ocasiona algumas implicações. Por exemplo, o enunciador pode, em vez de instaurar o que o discurso dele é ou se propõe a ser, o fazer pela discrepância a outro discurso considerado, pelo público coenunciador, o seu oposto. Há, nesse caso, a criação de uma figura de antifiaador. Da mesma forma, pode ocorrer um modelo ou um antimodelo da cena do discurso: “tal cena de fala pode ser chamada de cena validada, em que validada significa ‘já instalada na memória coletiva’, seja como antimodelo, seja como modelo valorizado” (MAINGUENEAU, 2019, p. 81).

Entretanto, a recorrência a um fiador, antifiaador ou cena validada não garante o sucesso da representação, pois a credibilidade da representação coletiva não se retém, apenas, ao desempenho explícito. Antes mesmo que Maingueneau (2019) defendesse as ideias de um fiador, de um antifiaador e de uma cena validada (elementos estereotípicos de validação da imagem de si), Goffman (2018, p. 38)⁴ já dizia que “por mais especializada e singular que seja uma prática, sua fachada social, com algumas exceções, tenderá e reivindicar fatos que podem ser igualmente reivindicados e defendidos por outras práticas algo diferentes”. O autor defende que a informação transmitida pela fachada possui caráter abstrato e uma determinada generalidade. Assim,

⁴ Embora a contribuição de Goffman tenha sido antecessora dos estudos de Maingueneau e, em função disso, não tenha discutido diretamente as noções de fiador, antifiaador e cena validada, acreditamos que tais conceitos possuam alicerces na teoria Goffmaniana, especialmente a do trecho trazido por esta citação.

em vez de ter de manter um padrão diferente de expectativa e de tratado em resposta a cada ator e representação ligeiramente diferentes, pode colocar a situação numa ampla categoria em torno da qual lhe é fácil mobilizar sua experiência anterior e seu pensamento estereotipado (GOFFMAN, 2018, p. 38).

Há, em vista disso, situações onde o ator-enunciador pode tentar desenvolver um controle sobre a representação, ou sobre a representação coletiva relativa ao seu desempenho. Pois, para que se aproxime dessas representações coletivas (estereótipos), ele terá de se afastar, em parte, de certos aspectos de sua representação intencional primária, que configurem uma informação abstrata. Isso pode levar o enunciador a provocar uma realização dramática de sua representação, uma idealização ou, até mesmo, a realização de uma representação falsa. Na seção a seguir, detalharemos esses fenômenos quando impressos no discurso político e suas representações institucionalizadas.

3 Fenômenos de representação e o discurso político

Seja qual for a natureza do papel enunciador, ele comumente terá a necessidade de evidenciar certos fatos determinantes à sua atividade na representação: “[...] o indivíduo geralmente inclui em sua atividade sinais que acentuam e configuram de modo impressionante fatos confirmatórios que, sem isso, poderiam passar despercebidos ou obscuros” (GOFFMAN, 2018, p. 42-43). A este fenômeno, o autor confere o termo *realização dramática*. O fenômeno terá de ser realizado “durante uma fração de segundo na interação” (GOFFMAN, 2018, p. 43), para que a impressão que o coenunciador tem do enunciador não seja comprometida. O autor exemplifica dizendo que “[...] aqueles que têm tempo e talento para desempenhar bem uma tarefa não podem, por este motivo, ter tempo para mostrar que estão representando bem” (GOFFMAN, 2018, p. 45).

Neste fenômeno, o enunciador procurará priorizar certas práticas em detrimento a outras, em especial quando os fatos confirmatórios a serem enfatizados forem para a validação do indivíduo como parte de um grupo ou classe social: “quando se examina um grupo ou classe, vê-se que seus membros tendem a empenhar-se primordialmente em certas práticas, enfatizando menos as outras que executam” (GOFFMAN, 2018, p. 46). Nesse caso, “o enunciador recorre a essas estratégias discursivas por entender que como sujeito do discurso não é possível dizer tudo o que pensa, ou como enxerga o mundo, porque não é preciso que suas palavras entrem sua ação” (SOARES, 2019, p. 58).

Além disso, o ator-enunciador tem uma tendência a “oferecer a seus observadores uma impressão que é *idealizada* de várias maneiras diferentes” (GOFFMAN, 2018, p. 47, grifo nosso). Essa impressão idealizada é apoiada no impulso do indivíduo como ser social de sempre parecer melhor do que é ou está: “[...] seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo” (GOFFMAN, 2018, p. 48). Esse processo é, *grosso modo*, “uma cerimônia, um rejuvenescimento e reafirmação expressivos dos valores morais da comunidade” (GOFFMAN, 2018, p. 48). A própria identidade do enunciador provém, assim, de uma idealização do coletivo/grupo social ao qual ele julga pertencer.

O fato é que mesmo uma representação coletiva dominada por informação abstrata e generalizada tenderá a ter algumas fachadas bem-estabelecidas nas quais o enunciador se apoiará, no momento em que se distanciar dos aspectos de informação de sua representação intencional primária que se enquadrem nessas características. Seria correto afirmar, então, que sempre haverá fachadas bem-estabelecidas pela memória coletiva que corroborem – ao menos, em parte – com as intenções do enunciador, e das quais ele poderá se valer para transmitir a informação desejada.

[...] se o indivíduo assume um papel que não somente é novo para ele, mas também não está estabelecido na sociedade, ou se tenta modificar o conceito em que o papel é tido, provavelmente descobrirá a existência de várias fachadas bem-estabelecidas entre as quais tem de escolher (GOFFMAN, 2018, p. 40).

Segundo o autor, em termos de classe/posição social, a peça mais importante do equipamento de sinais consiste nos símbolos de *status*, que permitem a expressão da riqueza material e/ou intelectual. Nesse contexto, “tendemos a supor que os esforços expressivos numa representação necessariamente reivindicam para o ator uma posição de classe superior à que, se assim não fosse, seria-lhe concedida” (GOFFMAN, 2018, p. 50). Essa posição coloca o enunciador numa situação delicada: “se um indivíduo tem de dar expressão a padrões ideais na representação, então terá de abandonar ou esconder ações que não sejam compatíveis com eles” (GOFFMAN, 2018, p. 54).

No discurso político, o enunciador precisa abandonar as ações/discursos/cenas validadas que não sejam compatíveis com o seu público coenunciador, mas não o pode fazer de maneira descarada, já que a sua intenção é “agradar” ou angariar o maior número possível de respostas positivas da comunidade. “Ao pensar na classe política, entende-se que o que mais está em jogo é identificação com o outro, o reconhecimento no outro de um pouco de si mesmo, ou melhor, do que se gostaria para si” (GOMES,

2018, p. 22). Nesse contexto, “a ligação entre a verdade e o poder se faz de maneira íntima e inevitável” (GOMES, 2018, p. 39), já que “não se media mais o que era parte da verdade racional, mas as opiniões iguais a respeito de um mesmo fenômeno evidenciando a força da opinião” (GOMES, 2018, p. 55).

O impasse ocasionado por essa situação é o que motiva a criação de um discurso “imparcial” ou “disfarçado”. Por isso que “ao levar em conta a natureza da instância política, desassociamos os autores reais, para evocar os autores imaginários, que jogam com as máscaras, a fim de seduzir seus eleitores” (SOARES, 2019, p. 55). O discurso disfarçado, nesse caso, surge como uma ferramenta de credibilidade de um discurso de preconceito que é dado como uma opinião coletiva. Cunha (2019, p. 23) argumenta que: “a homofobia está presente nas instituições de uma forma sistemática através do poder que exercem sobre a sociedade”. Assim, ela se manifesta “como uma forma de perpetuar as hierarquias de poder através do discurso” (CUNHA, 2019, p. 25).

O que se vê é disseminação de verdades pelo simples fato de que “sempre foi assim”. No entanto, isso não anula o fato de que a verdade é dinâmica e varia de acordo com todo um contexto social que ora preconiza determinada afirmação ora outra. Portanto, a necessidade de verdade caminha lado a lado com os interesses de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos que transmitem e controlam suas fundamentações a fim de validar ou mascarar o caráter parcial da verdade (GOMES, 2018, p. 39).

Entretanto, Gomes (2018, p. 40) frisa que: “[...] o poder em validar discursos ultrapassa o poder da verdade [...]”. Desse modo, ao ator-enunciador político, “é mantida uma impressão de infalibilidade, tão importante em muitas representações” (GOFFMAN, 2018, p. 56). Isso porque o “trabalho sujo” do enunciador sempre se manterá oculto ao momento da representação e da discursividade no desempenho. No discurso “neutro”, a infalibilidade é validada pelo fato de que “se a atividade de um indivíduo tem de incorporar vários padrões ideais e se é preciso fazer uma boa representação, então, provavelmente, alguns desses padrões serão mantidos em público à custa do sacrifício privado de alguns outros” (GOFFMAN, 2018, p. 57). Tratando de discurso de preconceito, para que impressione o maior número de pessoas, precisa se tratar de, em essência, um discurso de preconceito, sem que se configure abertamente como tal.

O enunciador precisa conhecer os valores de mundo de seu co-enunciador, ou representar o universo de saber dele, para proteger seus próprios valores de mundo. Nesse sentido, o sujeito político diz o contrário que pensa com vistas a fazer o seu co-enunciador acreditar naquilo que ele defende como verdade (SOARES, 2019, p. 58).

Como no processo de impressão idealizada se espera que a plateia (coenunciador-observador) aceite os indícios relativos ao desempenho, essa mesma tendência, segundo Goffman (2018) pode levar a plateia a não compreender o sentido que um indício deveria transmitir, ou dar demasiado sentido para acontecimentos acidentais, inoportunos ou espontâneos que o enunciador não pretendia dar significação. Nesse caso, o enunciador inicia um processo de providências batizado pelo autor de *manutenção do controle expressivo*. Nesse processo, o enunciador procura controlar o maior número possível de acontecimentos da representação, “de modo tal a não causar impressão ou dar a uma impressão compatível e coerente com a definição geral da situação que está sendo promovida” (GOFFMAN, 2018, p. 64).

Na nossa sociedade, alguns gestos involuntários ocorrem numa variedade tão ampla de representações, dando impressões geralmente tão incompatíveis com as que se pretende transmitir, que estes acontecimentos inoportunos adquiriram uma condição simbólica coletiva. [...] As representações diferem, evidentemente, no grau de cuidado expressivo dos detalhes que exigem (GOFFMAN, 2018, p. 64-65).

Nessa posição de manutenção do controle expressivo, o enunciador “terá de observar cuidadosamente a própria conduta, para não oferecer ao oponente um ponto vulnerável ao qual dirija sua crítica” (GOFFMAN, 2018, p. 67). Desse modo, um pequeno deslize de fatos confirmatórios (cenas validadas) pode permitir ao público coenunciador admiti-lo como um ponto vulnerável da representação, colocando toda a persuasão e incorporação desse fiador numa posição de descredibilidade. Tratando de discurso político, “legitimidade e credibilidade estão intimamente ligadas” (CHARAUDEAU, 2016, p. 73). Assim, “o representante político está, pois, condenado a reativar permanentemente sua credibilidade” (CHARAUDEAU, 2016, p. 74).

Em suma, quanto mais visível for uma “tomada de partido” de determinada situação, mais legitimidade será atribuída ao ator-enunciador e, por conseguinte, ao grupo/coletivo que ele representa. “A identidade social de um grupo é algo frágil. Ela deve ser constantemente defendida, reforçada ou simplesmente lembrada, já que tende a se enfraquecer”. (CHARAUDEAU, 2016, p. 29). A tomada de partido serve tanto como uma validação da consciência identitária do grupo ao qual o ator-enunciador é um representante, como uma validação da consciência identitária do grupo-alvo, isto é, a consciência do povo.

Entretanto, há uma curiosa implicação em “tomar partido”: como num ciclo vicioso, a tomada de partido leva o ator-enunciador a uma posição frágil de alterar fatos determinantes. Quando o enunciador altera certos fatos

em prol de sua representação, Goffman (2018) diz se tratar de uma *representação falsa*. O julgamento da plateia, nesse caso, não tem a ver com o grau de sinceridade ou algum nível de afinidade com o enunciador, mas se ele está autorizado ou não, segundo sua posição social, a desempenhar o que está representando. Assim, ao ver do público, a validação de sua importância social é progressivamente degradada. Por isso, muitas vezes, o ator-enunciador admite certa sutileza para sua representação falsa, que está relacionada à impressão idealizada e a uma manutenção do controle expressivo:

[...] na vida cotidiana é em geral possível para o ator criar propositalmente quase todos os tipos de falsa impressão sem se colocar na posição indefensável de ter dito uma flagrante mentira. As técnicas de comunicação, tais como a insinuação, a ambiguidade estratégica e omissões essenciais permitem ao informante enganador aproveitar-se da mentira sem tecnicamente dizer nenhuma (GOFFMAN, 2018, p. 75).

Mais uma vez, nos deparamos com um discurso “neutro” suscitado pela necessidade do enunciador de manter a sua posição de credibilidade no desempenho, para que consiga, finalmente, persuadir o coenunciador. Tanto no caso de uma representação falsa, quanto no caso de uma impressão idealizada, as intenções do ator-enunciador são as mesmas, ainda que seus objetivos possam ser diferentes de acordo com o discurso em específico e as respectivas cenas que ele valida, *ethos* que projeta e estereótipos que ativa. Por isso é tão importante analisar os contextos discursivos que regem o desempenho, juntamente com sua relação com o palco, o público coenunciador e, principalmente, a posição social cuja credibilidade está (ou não) em jogo. Na seção seguinte aos procedimentos metodológicos, analisaremos uma forma de discurso político referido ao meio LGBT+ segundo essa ótica. Existe, afinal, um discurso “neutro”?

4 Procedimentos metodológicos

O presente estudo é exploratório, bibliográfico e documental, com análise qualitativa de um corpus constituído por um recorte do discurso do deputado Márcio Gualberto, em debate na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro sobre a concessão do Prêmio Cidadania, Direito e Respeito à Diversidade para o grupo Arco-Íris, que defende os direitos LGBT+s no estado. O corpus foi extraído da rede social *Twitter*, a partir de uma reprodução da plataforma de notícias “Carta Capital”.

A análise a seguir é embasada nas contribuições de Goffman (2018) sobre o conceito de representação e em Maingueneau (2019) sobre as cenas

enunciativas e a instauração do *ethos* discursivo, além de referenciais complementares. Estabelecemos a análise segundo:

- a) um modelo de progressão analítica, respeitando a evolução da discussão sobre os conceitos defendidos nos capítulos anteriores, de fundamentação teórica;
- b) correspondência entre alguns dos conceitos-chave de Goffman (2018) e Maingueneau (2019) a partir da identificação de similaridade entre ambos ao longo do presente estudo.

Assim, a análise segue os seguintes passos conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Passos metodológicos sobre a análise subsequente

Passo	Autor(es)	Conceitos mobilizados	Relação/correspondência
01	Goffman (2018); Maingueneau (2019).	<i>Ethos</i> dito de Maingueneau (2019); Expressão que ele transmite de Goffman (2018).	Discurso literal do enunciador, o que é percebido ao primeiro olhar analítico sobre o recorte feito. O que é mostrado à primeira vista.
02	Goffman (2018); Maingueneau (2019).	Cena validada de Maingueneau (2019); Fatos confirmatórios de Goffman (2018).	Recorrência estereotípica do imaginário popular que o enunciador utiliza para validar seu discurso dito-transmitido.
03	Goffman (2018); Maingueneau (2019).	<i>Ethos</i> mostrado de Maingueneau (2019); Expressão que ele emite de Goffman (2018).	Discurso implícito baseado na persuasão intencional. Imagem que o enunciador implicitamente pretende passar ao público.
04	Goffman (2018); Maingueneau (2019).	<i>Ethos</i> pré-discursivo de Maingueneau (2019); Estereótipos não comprovados de Goffman (2018).	Dispositivos pré-determinados no imaginário popular que, posteriormente, serão confirmados ou infirmados pelo discurso do enunciador.
05	Goffman (2018); Maingueneau (2019).	Fiador, caráter e corporalidade, vocalidade e tom de Maingueneau (2019);	Figura enunciativa de validação do discurso do enunciador e suas características, relacionada

	(2019).	Fachada pessoal de Goffman (2018).	aos dispositivos pré-determinados do imaginário popular.
06	Maingueneau (2019).	Cenas da enunciação, antifador, cronografia e topografia de Maingueneau (2019).	Conjunto de situações e imagens discursivas construídas pelo enunciador por meio de seu discurso e que serão alicerce para os fenômenos de representação.
07	Goffman (2018).	Realização dramática, impressão idealizada, fachadas bem-estabelecidas e manutenção do controle expressivo de Goffman (2018).	Fenômenos de representação do enunciador baseados em: sua intenção para com o público; as informações discursivas emitidas e transmitidas; e sua relação com os dispositivos pré-determinados do imaginário popular e demais recorrências estereotípicas.
08	Goffman (2018); Cunha (2019).	Representação falsa de Goffman (2018).	Conclusões do trabalho a partir da identificação de representação falsa do enunciador inferida da criação de um discurso disfarçado de preconceito ao público LGBT+.

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

Na seção a seguir, apresentamos a aplicação dos conceitos defendidos nos capítulos anteriores, bem como na tabela metodológica acima, ao corpus escolhido para o estudo.

5 O discurso de preconceito disfarçado

Estabelecidas as relações entre a representação de Goffman (2018) e a instauração do *ethos* discursivo de Maingueneau (2019), podemos vislumbrar as diferentes facetas originadas do discurso político, quando analisadas segundo as circunstâncias defendidas nos capítulos anteriores. Utilizamos, para a nossa análise, um trecho do discurso do deputado Márcio Gualberto, em debate na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro sobre a concessão do

Prêmio Cidadania, Direito e Respeito à Diversidade para o grupo Arco-Íris, que defende os direitos LGBT+ no estado. Acompanhe a Figura 1:

Figura 1 – Discurso do deputado Márcio Gualberto⁵

O SR. PRESIDENTE (ANDRE CECILIANO) - A Presidência, primeiro, agradece ao Deputado Léo Vieira, que entendeu que votar contra uma homenagem é votar contra o autor da homenagem. Como bem disse aqui o Deputado Luiz Paulo, nós aqui já votamos algumas medalhas a figuras que, por muitas vezes, nós votaríamos contrários. Eu me abstive de uma votação e votei favorável a outras.

Então, faço um apelo aos Srs. Parlamentares: é o primeiro dia de retorno e, de novo, quero agradecer ao Deputado Léo Vieira, porque entendeu aqui, numa conversa comigo. Faço um apelo a outros parlamentares e aquele que não se sentir confortável, pode se abster. Que possamos entender o trabalho que o próprio grupo Arco Íris faz, um trabalho muito importante para o Estado do Rio de Janeiro e para o Brasil, como um todo.

Então, faço um apelo também, agradecendo a quem votou "sim" e fazer um apelo aos Deputados que não se sentirem confortáveis, que se abstenham, para que possamos aprovar a homenagem, em homenagem ao Deputado Carlos Minc.

Deputado Márcio Gualberto, por favor.

O SR. MARCIO GUALBERTO (Para encaminhar a votação) - Sr. Presidente, boa tarde. Dando continuidade ao raciocínio do Deputado Luiz Paulo, que eu respeito bastante, mas com quem, em muitos momentos, divergimos, e isso faz parte da pluralidade que ele mesmo mencionou durante o seu discurso, preciso dizer também que nem todo preconceito, como também nem toda discriminação são maléficis. E nós precisamos derrubar esses tabus. Existem preconceitos e discriminações que são benéficos. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que nossa sociedade, graças a Deus, é conservadora mesmo, e que seja conservadora cada vez mais. Porque ser conservador é querer a manutenção de tudo aquilo que deu

Fonte: Twitter (via Carta Capital, 2019).

A partir do uso de termos como “respeito bastante” e “graças a Deus”, podemos observar que o enunciador está representando um homem respeitoso, educado e polido, mas apenas o suficiente para garantir certa intimidade com seu coenunciador – obedecendo às restrições típicas do gênero político, costumeiramente ligadas ao “rito linguístico” do respeito e da polidez. Tal recurso também pode ser identificado quando percebemos a presença de primeira pessoa do plural: “nossa sociedade”, “nós precisamos”. “Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles” (GOFFMAN, 2018, p. 29).

Há, entretanto, uma preocupação implícita em manter essa intimidade, com o intuito de estabelecer um padrão, um ideal, símbolo de respeito e educação que, posteriormente, o enunciador procurará desenvolver. O *ethos* dito (expressão que ele transmite) é, portanto, a imagem do homem educado, respeitoso, que “apenas está preocupado com a preservação da

⁵ Embora a palavra “certo” não apareça na reprodução, segundo matéria do portal Carta Capital, de onde a figura foi extraída, este teria sido o termo empregado para encerrar a oração incompleta: “querer a manutenção de tudo aquilo que deu” (última linha).

sociedade que deve ser conservadora para garantir a ‘manutenção do que está dando certo’”. Como diz Maingueneau (2019, p. 80): “existe de fato grande diversidade de meios para evocar indiretamente, para sugerir o *ethos* do enunciador”. Ou seja, grande diversidade de cenas validadas para a *sua* comunidade discursiva (comunidade daqueles que compartilham dos mesmos ideais do deputado). Ele se baseia nos seguintes fatos confirmatórios (cenas validadas):

- a) Ser conservador é prezar pelo bom andamento da sociedade por meio da manutenção do que, ao ver do enunciador, “deu certo”;
- b) Preconceito não é algo tão “sério” assim, as pessoas tendem a superestimar os efeitos do preconceito (tanto que existem “preconceitos benéficos”);
- c) Preconceito na verdade é um tabu.

Em função disso, poderíamos definir como *ethos* mostrado (expressão que ele emite), a ideia de que embora o enunciador seja uma pessoa conservadora, religiosa e avessa a mudanças, também há uma parte muito importante dele que, em virtude de seus valores de respeito, educação e reverência, o fazem uma pessoa aberta à desconstrução de tabus (sendo que, para ele, o tabu não tem a mesma denotação que tem para o grupo que costuma se apropriar de sua definição – o grupo “detentor” dessa cena validada). Imagem que, juntamente com o *ethos* dito, relaciona-se diretamente com o *ethos* pré-discursivo do enunciador (estereótipos não comprovados): o político “de bem”, a favor dos valores da família tradicional brasileira, que é símbolo de conservadorismo e resistência.

Por ser um homem político “de bem”, sua fachada pessoal confirma-se como a imagem do “humilde correto e ideal”, que seria, basicamente, aquele que humildemente domina a formalidade da enunciação, transmitindo respeito e educação por meio de seu discurso. Aquele é detentor da verdade – sem perder o respeito pelo inferior – e, por isso, representa o reflexo da opinião pública. A pessoa em quem não só se pode, como se deve confiar. Goffman (2018, p. 37), previra de antemão esse episódio característico: “uma maneira humilde escusatória pode dar a impressão de que o ator espera seguir o comando de outros, ou pelo menos que pode ser levado a proceder assim”. Essa fachada sustenta-se no fiador oriundo dos fatos confirmatórios (cenas validadas) de seu discurso: o homem conservador, preocupado e com espírito de liderança.

A partir dessa noção, podemos inferir o caráter desse enunciador: um homem preocupado com a manutenção da sociedade conservadora, mas, ao mesmo tempo, seguro com relação a “divergências” e “pluralidades” (vê-se pela da questão de tabu do preconceito: não é nada demais, pode até ser benéfico...). Nota-se aqui o primeiro sinal de discurso “neutro” ou disfarçado:

não se pode admitir um caráter absolutamente conservador. É necessário demonstrar que se tem uma posição “flexível” no que se refere a diferenças. Por isso, essas características conferem uma corporalidade de plena segurança ao fiador (ele move-se no espaço social como uma pessoa, sobretudo, segura de si e de seu discurso).

Sua vocalidade (tom) expressa respeito, educação e sabedoria. Essencialmente uma formalidade. Afinal, esse aparelho precisa ser condizente à representação e à fachada pessoal impressas pelo enunciador. Há, também, certa organização na progressão desse tom: como é preciso ser equilibrado, formal e respeitoso, a fala do enunciador possui dois pontos. Ser categórico é um sinal do quanto ele é flexível quanto a divergências e do quanto se mostra respeitoso, mesmo contradizendo tudo o que o colega disse anteriormente. Essa expressão categórica nos auxilia na compreensão das cenas discursivas que constituem esse complexo representativo.

Em função disso, fica claro classificar a cena englobante como discurso político e a cena genérica como debate, considerando a essência ideológica e discursiva que constitui essa representação e o seu meio de circulação e/ou disseminação. Quanto a cenografia, esta é instaurada sob uma forma de controle baseada na imagem estereotípica construída a partir da recorrência às cenas validadas e do que é transmitido (*ethos* dito) pelo enunciador em seu discurso. “Em um debate [...] é muito difícil para os participantes enunciar por meio de suas próprias cenografias: eles devem reagir no campo dos atos imprevisíveis” (MAINGUENEAU, 2019, p. 77). Sob essa ótica, preconceitos são superestimados, uma vez que são meras pluralidades e/ou divergências, e essas pluralidades/divergências são completamente normais. O ator-enunciador valida progressivamente essa cenografia quando diz:

- a) “Há preconceitos e discriminações que são benéficos”;
- b) “Isso [divergir] faz parte da pluralidade”;
- c) “Nossa sociedade, graças a Deus, é conservadora mesmo”;
- d) “Precisamos derrubar esses tabus”.

Ela só é enfraquecida quando há a recorrência ao antifador: o deputado Luiz Paulo e o grupo que ele está representando com sua fala. Ao dizer que é necessário “derrubar esses tabus”, o enunciador define que os ideais defendidos pelo deputado (e o grupo que eles referenciam) representam o oposto do que ele se propõe a representar. Outro antifador importante para a construção do discurso do enunciador é o do próprio grupo LGBT+. Não como parte do discurso de seu “antagonista” Luiz Paulo, mas como grupo à parte que defende o progressismo a partir da luta contra o preconceito e da

representatividade LGBT+ (que simbolizam o extremo antagônico do conservadorismo brasileiro).

O tempo instituído pelo discurso faz referências ao passado religioso que é cena validada dos setores mais conservadores do país. Como há a recorrência aos valores tradicionais dessa camada da sociedade, há o estabelecimento do lugar “Brasil” já que o enunciador fala como “a voz do povo”, povo, este, brasileiro. Ainda, há uma distinção: não se trata apenas do Brasil como um todo, mas sim do Brasil ideal ou Brasil modelo de quem é religioso e conservador e, por isso, quer a “manutenção em tudo aquilo que deu certo”. A recorrência aos discursos institucionalizados da esfera política potencializa esse estabelecimento cronográfico e topográfico:

- a) “Preciso dizer”;
- b) “Nós precisamos derrubar esses tabus”;
- c) “Nossa sociedade”
- d) “Graças a Deus”.

Os discursos que envolvem o verbo “precisar” pertencem ao discurso institucionalizado de reação. Na vida política, sempre há algo que deve ser feito, mudado, transformado, melhorado. Pelo menos é isso o que o povo espera e o que as figuras políticas almejam representar. E, assim como há essa necessidade onipresente, o único que pode mudá-la é o enunciador. Não por suas próprias mãos, mas por meio de uma chamada, de uma convocação do povo, que supostamente é o detentor do real poder. Ou pelo menos é isso que ele pretende transmitir. Já a recorrência à primeira pessoa do plural denota a intimidade e a representatividade, que são fomentadas pela expressão “graças a Deus”, símbolo de colóquio das camadas populares – essencialmente religiosas. O enunciador evoca, então, o discurso institucionalizado de “voz do povo” ou “homem do povo”, que também é inerente ao discurso político.

O enunciador quer transmitir a impressão de segurança, verdade e controle, e para isso desprende energia da representação para acentuar os fatos confirmatórios trazidos anteriormente na análise. Nesse processo, ele enfatiza, principalmente, o quanto a problematização do preconceito é um tabu, e como alguns preconceitos podem ser benéficos. Entretanto, esse desprendimento de energia fragiliza a representação: em momento algum ele argumenta sobre as afirmações defendidas, deixando algumas “pontas soltas”, previstas pela realização dramática: que preconceitos podem ser benéficos? Por quê? Quais seriam os tabus relacionados à problematização do preconceito? De que forma isso interfere na concessão de um prêmio de diversidade a um grupo LGBT+? Etc.

Os valores/ideais a serem seguidos, segundo o discurso do enunciador seriam: ser conservador (para que as coisas continuem dando

certo), ser religioso (graças a Deus), ser “pluralista” (por meio da aceitação de que tudo aquilo que me difere é uma divergência e que divergências são normais), etc. A impressão idealizada desse conjunto de valores, especialmente voltada à questão do “progressismo seletivo” é a de que há uma impossibilidade em contra-argumentar discursos que não corroboram meu ponto de vista: todos esses discursos são “divergências” ou “pluralidades”. Em função disso, eu, como ser esclarecido, devo aprender a conviver com elas e, por conseguinte, respeitá-las.

Da mesma forma, há estereótipos que sustentam a ideia de que indivíduos políticos representam a voz do povo e, por isso, são agentes diretos da verdade e da manutenção dos valores defendidos pela maioria. Por isso, o símbolo de status do enunciador é a do deputado estadual que representa a voz do povo e os desejos e anseios da população brasileira (sobretudo conservadora) que deseja a manutenção de tudo aquilo que deu certo. Essa questão necessita de uma reafirmação credível e legítima (uma manutenção de controle expressivo).

A manutenção do controle expressivo admitida pelo enunciador está ligada à polidez de seu discurso ao enunciar sua opinião a partir do resgate das cenas validadas e dos fatos confirmatórios pertinentes ao grupo conservador brasileiro e do antifador, constituído pela imagem dupla anteriormente. Lembrando que, como afirma Goffman (2018, p. 67): “Por isso, ela poderia ser identificada precisamente pelos graus de respeito, educação, formalidade e religiosidade, valores que o enunciador não hesita em transmitir, de modo a garantir ainda mais credibilidade ao seu discurso. Há uma procura em manter seu discurso “estável” no que se refere ao tom e a vocalidade. Entretanto, o que comprova que o emprego dessa estratégia se enquadra na configuração de manutenção do controle expressivo é que ocorre um enfraquecimento de sua ação quando o enunciador recorre às fachadas bem-estabelecidas e aos discursos institucionalizados da esfera política (como quando faz a “chamada” ao povo). O mesmo ocorre durante a realização dramática, pois “[...] esta atividade canalizada para a comunicação vai requerer muitas vezes atributos diferentes dos que estão sendo dramatizados” (GOFFMAN, 2018, p. 45). Assim, fica claro que as reais intenções do enunciador não estão ligadas ao respeito, à polidez ou à formalidade, mas sim em defender seus próprios interesses (e os do grupo que representa).

Ao falar em “preconceitos benéficos” e assumir a posição de indivíduo conservador, o enunciador demonstra seu voto “não” à concessão debatida e, ainda, subestima a problematização do preconceito LGBTQ+. A diferença é que ele não o faz de maneira clara: há um discurso indireto, disfarçado, que tenta esconder o preconceito com a intenção (explícita ou implícita) de “agradar” a maioria da população, até mesmo o público LGBTQ+. Essa estratégia provém da preocupação em manter a imagem política e seu

símbolo de status: um deputado estadual que é a voz do povo. Imagem, esta, que não pode, sob hipótese alguma, ser comprometida.

Discursos de preconceito explícito, para um político, estão ligados a cenas validadas e mundos éticos de onde emergem *ethos* prévios percebidos como negativos pela maior parte do eleitorado atual. Esses discursos explícitos já circularam tempo o suficiente em nossa sociedade para constituírem uma cena validada negativa: o objetivo do enunciador, então, é se esquivar dessa cena validada negativa e adotar discursos que ainda não circularam o suficiente e não são imediatamente ligados àquelas cenas validadas.

Por sua vez, ao criar o discurso “neutro” (de “preconceito benéfico”), o enunciador provoca uma alteração de fatos determinantes, revelando, por conseguinte, uma representação falsa. Isso porque, se ele é, assim, uma figura representativa tão forte do grupo conservador, e que, por isso, se vê avessa ao público LGBT+ e seus ideais, por que não utilizar argumentos que pertençam ao estereótipo identitário do seu grupo? (Como ideologia de gênero, etc.). Ao “mascarar” seu preconceito dizendo que há preconceitos benéficos, o enunciador busca manter a fachada de indivíduo conservador anti-LGBT+, sem que isso comprometa seu símbolo de status e, conseqüentemente, sua relação com esse público antagonista. Entretanto, essa estratégia acaba por prejudicar a relação com seu próprio grupo, já que a representação falsa mostra-se a este grupo como se o enunciador estivesse “em cima do muro”. E, para o grupo antagonista, revela que seu discurso é raso, não passando de um preconceito muito bem construído que apenas foi “mascarado”.

A representação falsa acaba por deslegitimar o enunciador com relação a todos os grupos discursivos, uma vez que não é explicitada uma posição clara e objetiva de suas reais intenções. Como dito anteriormente, para o próprio grupo, é como se o enunciador estivesse em cima do muro, enquanto para o público LGBT+, é como se o enunciador apenas buscasse tornar seu preconceito um pouco mais implícito. O que vemos, então, é que as preocupações do enunciador não se voltam simplesmente a “querer a manutenção em tudo aquilo que deu certo”, “desmanchar tabus” ou estabelecer relações de respeito e formalidade com “pluralidades e divergências”. Suas reais intenções são as de agradar uma maioria conservadora, sem deixar de lado o potencial grupo minoritário LGBT+, visando exclusivamente a sua promoção política por meio da fuga da preconceitualização.

Embora haja um *ethos* efetivo de pertencimento, definido a partir dos resgates aos valores de seu grupo, que ainda sobrepõem o resgate aos valores do grupo antagonista, a ligação estabelecida por sua representação entre verdade e poder revelam uma preocupação subjacente que prioriza o seu símbolo de status à sua identidade coletiva. O discurso “neutro” (de “preconceito benéfico”) serviu, nesse caso, como um instrumento para a negação dos direitos LGBT+ e para a transmissão de uma homofobia que,

embora não pareça, infelizmente está ali. Presença justificada pela premissa: “o discurso político tem a função de, não apenas preservar o status quo das estruturais e instituições sociais, como também vigiar, perseguir e punir aqueles que vão contra “a moral e os bons costumes” (CUNHA, 2019, p. 32).

Desse modo, vemos de maneira clara e explícita que não existe, afinal, um discurso “neutro”, expresso por um “preconceito benéfico”, especialmente se tratando de discursos provenientes da esfera política. A simples criação de um discurso de preconceito indireto, com ideologias implícitas, mascarado por uma representação falsa, por um *ethos* de pertencimento e pela romantização da discriminação como um “tabu”, já nos mostra que o enunciador se posicionou de forma sólida como *anti-LGBTs*.

6 Considerações finais

Neste artigo, discutimos o discurso de preconceito disfarçado, oriundo da esfera política, e os fenômenos de representação e *ethos* dele provenientes, a partir do discurso do deputado Márcio Gualberto, em debate na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro sobre a concessão do Prêmio Cidadania, Direito e Respeito à Diversidade para o grupo Arco-Íris. Em vista disso, o problema de pesquisa consistiu em: que processos regem a representação e o *ethos* por meio do discurso de preconceito disfarçado dirigido ao público LGBT+ quando proferido na esfera política? O objetivo geral, por sua vez, foi identificar o processo de representação do *ethos* presente no discurso político de preconceito disfarçado dirigido ao público LGBT+.

Compreendemos, então, que a projeção das imagens de si (*ethos*) se deu, principalmente, por meio de um processo que procurou evidenciar os valores ligados à moral e ao conservadorismo da sociedade brasileira, sendo instaurado por um *ethos* dito de educação e respeito, e por um *ethos* mostrado de “desconstrução de tabus” (sendo que, para o enunciador, a definição de tabu fora diferente da apropriada pelo grupo “detentor” dessa cena validada). Essa relação potencializou o efeito de um *ethos* pré-discursivo de “político de bem”, a favor dos valores da família tradicional brasileira, e que é símbolo de conservadorismo e resistência.

Em função disso, sua vocalidade distendeu os ideais de respeito e sabedoria construídos no processo de representação, consolidando uma formalidade que procurou validar tanto a projeção das imagens de si, como o próprio quadro cênico que a regulava. Nesse cenário, a resposta enunciativa do enunciador se manifestou sob a forma de um discurso “neutro” ou disfarçado, isto é, que foge da figura estereotípica negativa atrelada à imagem do “preconceituoso”. Como visto, tal discurso apenas mascarou um real posicionamento do enunciador sobre o tema (seu *ethos* efetivo), servindo como

um instrumento para a negação dos direitos LGBTQ+ e para a projeção de uma homofobia subjacente.

Esse processo desenvolveu-se com base em uma representação falsa de suas reais intenções e em um *ethos* que reafirmou os estereótipos já instalados na memória coletiva acerca da figura política, como a necessidade de manutenção do conservadorismo social, a perspectiva preconceituosa como um mero “tabu”, entre outros. Embora haja um *ethos* efetivo de pertencimento, definido a partir dos resgates aos valores de seu grupo, que ainda sobrepõem o resgate aos valores do grupo antagonista, a ligação estabelecida por sua representação entre verdade e poder revelam uma preocupação subjacente que prioriza o seu símbolo de status à sua identidade coletiva, demonstrando que seu real pensamento é avesso aos ideais defendidos pelo grupo LGBTQ+.

Este estudo pode contribuir para o conhecimento sociodiscursivo dos indivíduos pertencentes ao coletivo LGBTQ+ por meio da visão analítica dos discursos que o envolvem direta e/ou indiretamente, bem como auxilia na promoção de um melhor entendimento dos processos que gerenciam o discurso político como meio de circulação dos posicionamentos ideológicos. Todavia, um estudo mais aprofundado poderia ser feito, equiparando o discurso do deputado Márcio Gualberto com outros discursos da esfera política de mesma natureza, a fim de compreender a frequência e a receptividade desses discursos nas diferentes esferas da nossa sociedade.

Concluimos, portanto, que, embora seja natural do processo discursivo-ideológico em determinados contextos a criação de um discurso “imparcial” ou disfarçado, não existe posicionamento discursivo “neutro”. Tais discursos apenas mascaram um real posicionamento do enunciador sobre o tema debatido, que pode, inclusive, ser o completo oposto do que sua representação sociodiscursiva faz parecer ser. Isso apenas reafirma o quanto o espaço discursivo pode ser complexo, o que destaca a necessidade do estudo aprofundado sobre todas as suas manifestações.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. Tradução por Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 9-28.

CARTA CAPITAL. **“Existem preconceitos que são benéficos”, defende deputado do PSL.** Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/existem-preconceitos-que-sao-beneficos-defende-deputado-do-psl/>>. 2019. Acesso em 20 mar 22.

CHARAUDEAU, P. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas.** Tradução por Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

CUNHA, L. F. B. **O discurso homofóbico nas redes sociais e o confronto ideológico acerca da diversidade sexual no Brasil.** Orientador: Dr. Leonard Christy Souza Costa. 2019. 79 f. Dissertação (Letras – Língua e Literatura Portuguesa) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2019.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana.** Tradução por Maria Célia Santos Raposo. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

GOMES, I. M. B. **Poder-verdade-subjetividade no discurso político.** Orientador: Dr. Leonard Christy Souza Costa. 2018. 172 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2018.

MAINGUENEAU, D. **Discurso literário.** Tradução por Adail Sobral. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MAINGUENEAU, D. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos.** Tradução por Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019. p. 69-92.

SOARES, A. S. : o discurso político em cena. Orientador: Dr. Jarbas Vargas Nascimento. 2019. 92 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019.

Recebido em fevereiro de 2023

Aceito setembro de 2023.

Publicado em 18 agosto de 2024.

SOBRE OS AUTORES

Ermani Cesar de Freitas é doutor em Letras, Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil; com pós-doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUC-SP/LAEL); professor (Titular) de Ensino Superior na Universidade Feevale (Feevale), PPG em Processos e Manifestações Culturais, em Novo Hamburgo, RS, Brasil; professor permanente no PPG em Letras na Universidade de Passo Fundo (UPF), em Passo Fundo, RS, Brasil.

Kaian Lago é mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (PPGL/UPF). Graduado em Letras – Português/Inglês e Respectivas Literaturas pela mesma

universidade. Bolsista CAPES/CNPq da linha de pesquisa Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso. Possui experiência com pesquisa vinculada à área de Linguística Aplicada, com ênfase em Análise do Discurso de linha francesa.

Luis Henrique Boaventura é doutor em Letras, área de Leitura e Produção Discursiva pela Universidade de Passo Fundo (UPF), em Passo Fundo, RS, Brasil. Bolsista PNPd/CAPES em Letras (UPF). Pesquisador na área de Linguística com ênfase em Análise do Discurso de linha francesa.